

**1. Código e Título do Projeto**

---

PNUD BRA 16/020 - "Seguimento e Implementação de Compromissos Nacionais e Internacionais em Direitos Humanos Fortalecidos"

**2. Número do Edital**

---

Edital nº 08/2020

**3. Organismo Internacional**

---

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**4. Secretaria Temática Demandante**

---

Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - SNDPI

**5. Supervisor Técnico**

---

Supervisor Técnico: Renato da Silva Gomes

Cargo: Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa

Supervisor Técnico (Substituto): Eunice da Silva

Cargo (Substituto): Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

**6. Antecedentes e Justificativa**

---

A educação é um instrumento para promover o enfrentamento e combate a todo tipo de violação de Direitos Humanos. Para isso, espera-se que uma sociedade participativa, crítica e bem-informada, com alta consciência sobre os direitos das pessoas idosas contribua para a redução dos índices de violência contra este seguimento, induzindo um processo contínuo de conscientização para a construção de uma cultura pautada no respeito e valorização da pessoa idosa.

A oferta de cursos para formação em Direitos Humanos, com alcance nacional, voltada à educação não formal, atende o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que destaca a Educação em Direitos Humanos como elemento fundamental no processo de transformação da sociedade. Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a partir de demanda oriunda do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDI, identificou a necessidade de elaboração de curso na modalidade a distância para o público geral. O objetivo é promover o conhecimento e fortalecer a compreensão para assegurar os direitos da pessoa idosa positivados no ordenamento jurídico brasileiro, fomentando uma cultura de respeito e valorização.

Esta consultoria contribuirá para o fortalecimento das ações e iniciativas que já vêm sendo implementadas pela SNDPI para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa. O intuito é mobilizar a sociedade para a importância da implementação das Diretrizes Legais previstas nas Leis nº 10.741 de 3 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994 (Política Nacional do Idoso), tendo como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e internacional, e que deve estar presente na formação inicial e continuada de todo cidadão brasileiro.

Por fim, a realização deste curso é um meio para avançar na pauta de educação em Direitos Humanos e impactar a sociedade em geral a partir de duas frentes - produção e disseminação de conhecimento sobre direitos humanos e sobre políticas públicas para as famílias – com fortalecimento das ações de formação e sensibilização em direitos humanos. Neste sentido, esta consultoria contribuirá para o desenvolvimento do Projeto BRA 16/020 no produto 3, desenvolvida na atividade 3.4, ao reforçar o sentido de que a EDH tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos, e que deve estar presente na formação inicial e continuada de profissionais das diferentes áreas de conhecimento.

## 7. Enquadramento do Projeto

---

Resultado / Objetivo: Projeto PNUD-BRA/16/020.

Produto / Resultado: 3 - Proposta de plano de fortalecimento das ações de formação e sensibilização em direitos humanos promovidas pela SEDH desenvolvida.

Atividade: 3.4 - Desenvolver estratégia de sensibilização e mobilização social para a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

## 8. Finalidade da Contratação

---

Elaboração do Roteiro de Atividade de Ensino (RAE); Roteiro de Conteúdos para Implementação (RCI) com a identificação de mídias (vídeos, links, imagem, áudio); elaboração de atividades (exercícios) e *feedbacks*, conforme os padrões estabelecidos pela Diretoria de Promoção e Educação em Direitos Humanos (DEPEDH), pela Coordenação-Geral do Conselho Nacional do Idoso e pela ENAP e pela ENAP, sobre o tema “**Garantia à direitos da pessoa idosa**”.

O curso será implantado na plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G) e ofertado na modalidade a distância sem tutoria, com carga horária de trinta horas.

### **Parâmetros do curso:**

**Carga-horária Total:** trinta horas

**Público-alvo:** Professores, conselheiros, gestores, profissionais, acadêmicos, pesquisadores e qualquer cidadão que tenha interesse pelo tema.

### **Ementa geral dos módulos:**

- Processo de envelhecimento humano;
- Epidemiologia e demografia do envelhecimento;
- Políticas Públicas relacionadas ao envelhecimento;
- Mídias e redes sociais;
- Direitos da Pessoa Idosa (Estatuto do Idosos e leis correlatas complementares);
- Violência contra a pessoa idosa;

- Participação e integração comunitária;
- Vínculos familiares e abandono afetivo;
- Rede de suporte social, acolhimento e cuidado;
- Rede de proteção e defesa (Disque 100 – Disque Direitos Humanos; Conselhos de Direitos; Delegacias Especializadas, Defensoria Pública e Ministério Público; entre outros).

**Conteúdo:****Aula inaugural –5 horas**

- 1.1. Apresentação da plataforma do curso.
- 1.2. Pessoa Idosa na perspectiva dos Direitos Humanos.

**Módulo 1: Pessoa Idosa como sujeito de direitos (15 horas)**

- 1.1. Perspectiva histórica e contemporânea da construção dos mecanismos de proteção e defesa (5 horas).
- 1.2. Direitos da Pessoa Idosa e suas formas de efetivação (5 horas).
- 1.3. Educação como instrumento de promoção e defesa dos direitos da Pessoa Idosa – construção de uma cultura pautada na valorização e respeito (5 horas).

**Módulo 2: Rede de Atenção, Proteção e Defesa (15 horas)**

- 1.1. Rede de Atenção e Cuidados (5 horas).
- 1.2. Rede de Proteção e Defesa (5 horas).
- 1.3. Uso de Tecnologias, mídias e redes sociais como instrumentos de defesa e proteção (5 horas).

**9. Requisitos (Perfil de Qualificação)**

---

**9.1. Requisitos Obrigatórios:**

- Graduação nas áreas de concentração: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Gerontologia, Ciências Humanas ou Ciências Biológicas, em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);

- Pós-graduação *latu sensu* ou Mestrado *stricto sensu* em qualquer área, em instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- Experiência profissional, mínima de 1 (um) ano, na temática da pessoa idosa.

#### 9.2. Requisitos Desejáveis:

- a. Experiência profissional com elaboração de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e Pessoa Idosa;
- b. Alguma experiência profissional com educação na modalidade a distância;
- c. Conhecimentos específicos: educação em direitos humanos, direitos da Pessoa Idosa e metodologias de educação à distância.

### **10. Atividades a serem desenvolvidas**

---

10.1 Participar de reuniões com a equipe técnica da Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos, da Coordenação-Geral dos Direitos da Pessoa Idosa e ENAP, para a definição da metodologia de trabalho a ser adotada, fornecendo sempre que solicitado as informações sobre o encaminhamento dos produtos.

10.2 Participar de oficina a ser realizada na ENAP sobre a metodologia utilizada nos cursos a distância, organizada por Objetos Digitais de Aprendizagem (ODAs).

10.3 Colaborar com o preenchimento do Formulário de Solicitação de Capacitação (FSC), caso a área demandante da capacitação considerar necessário.

10.4 Elaborar Roteiro de Conteúdos para Implementação (RCI).

10.5 Elaborar Roteiro das Atividades de Ensino (RAE).

10.6 Redigir texto, considerando elementos de comunicação, funções de linguagem, revisão gramatical e ortográfica, conforme os padrões estabelecidos pela CGEDH e pela ENAP.

10.7 Elaborar exercícios de avaliação da aprendizagem por Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA), assim como o *feedback* geral do exercício e glossário, seguindo os padrões estabelecidos pela CGEDH e pela ENAP.

10.8 Realizar todas as correções, adequações e atualizações (texto, atividades e *feedbacks*) solicitadas pela CGEDH no decorrer do contrato.

10.9 Observar atividades em andamento sobre a temática para guardar unidade conceitual e metodológica.

### 11. Produtos e Resultados Esperados

Produto	Descrição
<p>Produto 1:</p> <p>Roteiro das Atividades de Ensino (RAE).</p>	<p>O documento deverá conter minimamente: o objetivo geral da capacitação, módulos, objetivo de aprendizagem de cada módulo e respectiva carga horária (10h/módulo), unidades programáticas e tópicos, tipo de conhecimento e formato com identificação de competência associada e da equipe envolvida e definição dos Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA), conforme parâmetros e orientações da CGEDH e da ENAP.</p>
<p>Produto 2:</p> <p>Documento Técnico contendo roteiro de conteúdo para implementação de curso de trinta horas.</p>	<p>O documento deverá conter, minimamente: o objetivo geral da capacitação; os produtos multimídia (imagem, vídeo, áudio, links); a redação dos conteúdos, dividida por Módulos/Unidade/Tópicos, conforme Roteiro de Conteúdos para Implementação (RCI), assim como referências do conteúdo por Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA); exercícios de avaliação da aprendizagem para cada ODA, <i>feedback</i> geral do exercício e glossário (termo: definição/significado), conforme os padrões e metodologia estabelecidos pela CGEDH e pela ENAP.</p>

### 12. Cronograma de Entrega e Pagamento dos Produtos

Nº do Produto	Prazo de entrega após a assinatura do contrato	R\$	%
1	10 dias	4.400,00	25%
2	60 dias	13.200,00	75%
TOTAL		17.600,00	100%

### 13. Valor Total do Contrato

R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

#### **14. Duração do Contrato**

---

A duração do contrato é de: 100 dias, após a assinatura do contrato.

#### **15. Insumos**

---

Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versao final site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).

BRASIL. Estatuto do Idoso. São Paulo: Editora Escala; 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

BRASIL. Política Nacional do Idoso. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofício; 2001.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais, In: Caderno de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CAMARANO e PASINATO. (2004), O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. In: Camarano, A.A (org.). Os novos idosos brasileiros muito além dos 60? Rio de Janeiro, IPEA, 253-292;

CAMARANO, A. A; BELTRÃO, K. I., PASCOM, A R. P. MEDEIROS, M., GOLDANI, A. M. Como Vive o Idoso Brasileiro? In: Muito Além dos 60: os novos Idosos Brasileiros. Rio de Janeiro, IPEA, p. 19-71, 1999.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e representações sobre a velhice. Anais do VI Encontro de Estudos populacionais, Olinda, 1988, v1, p. 537-282.

LUCA, Tânia Regina - Direitos Sociais no Brasil - In Pinsky, Jaime (Org.) História da Cidadania - São Paulo - Editora Contexto, 2003 - p. 469-493;

Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/manual-de-enfrentamento-a-violencia-contr-a-pessoa-idosa/view>.

Manual de Redação da Presidência da República (Última versão disponível).

Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Proposta de Práticas de Implementação. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf).

Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf).

TRINDADE, José Damião - História dos Direitos Humanos - São Paulo, Editora Fundação Petrópolis - 2002. Políticas Públicas para um País que Envelhece / Organizadoras Marília Berzins e Maria Cláudia Borges - São Paulo: Martinari, 2012. 304p.

WONG, L. R. O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso. REBEP v. 20, n 1, jan/jun, 2003.

#### **16. Previsão de Viagens**

---

- O(A) consultor(a) deve ter disponibilidade para participar de eventuais reuniões com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que ocorrerão preferencialmente por videoconferência.

- Passagens e diárias para eventuais reuniões presenciais serão custeados pelo Projeto, caso o(a) selecionado(a) não resida no Distrito Federal.

#### **17. Localidade do Trabalho**

---

Local de Trabalho: Território Nacional

#### **18. Número de Vagas**

---

Número de Vagas: uma vaga.

#### **19. Forma de Pagamento**

---

- Os produtos serão recebidos e homologados pelo Supervisor Técnico que poderá aprová-los, mediante análise, considerando a plena concordância dos produtos com os preceitos metodológicos vigentes e os critérios de qualidade.



- Os Arquivos corrompidos ou com defeitos que impeçam a sua visualização não serão considerados até que sejam repostos pelo(a) consultor(a). A aprovação do produto ficará condicionada a essa reposição.
- Qualquer serviço realizado, mas não aceito ou não homologado deverá ser refeito, não eximindo o(a) consultor(a) das penalidade de outras sanções prevista em contrato.
- Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, mediante a apresentação dos produtos intermediários e final previstos contratualmente, e uma vez aprovados pelo supervisor.
- **Os pagamentos recebidos pelo(a) consultor(a) são passíveis de tributação, de acordo com a legislação brasileira vigente. É responsabilidade do contratado efetuar os devidos recolhimentos.**
- Os pagamentos serão realizados somente após o processo de aceite e atesto.
- O produto também será avaliado em sua conformidade pela Coordenação Técnica de Parcerias - COTEP.
- O **Diretor do Projeto** reserva-se o direito de não autorizar o pagamento se, no ato do atesto pelo Supervisor técnico, os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pelo(a) consultor(a).

## **20. Inscrições**

---

- Os interessados em participar do certame deverão enviar o curriculum vitae para [inscricao.cgedh@mdh.gov.br](mailto:inscricao.cgedh@mdh.gov.br).
- O curriculum vitae deverá estar em PDF ou WORD e em língua portuguesa, os arquivos corrompidos ou com defeitos que impeçam a sua visualização não serão considerados.
- No e-mail deve constar no campo assunto **PROJETO PNUD BRA/16/020- Edital 08/2020**.
- Os currículos que não atenderem a tais requisitos serão desconsiderados.
- O(a) candidato(a) selecionado deverá encaminhar os comprovantes da qualificação profissional após a entrevista, em data a ser definida, sob pena de desclassificação.
- **Etapas de seleção: O processo seletivo contará com atendimento aos requisitos elencados neste Termo de Referência e Entrevista.**

## **21. Observações Importantes**

---

- Os produtos deverão ser encaminhados ao Supervisor Técnico para sua avaliação na data prevista no contrato.

- Os produtos a serem entregues durante a consultoria deverão seguir o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cabendo à consultoria a revisão e a adequação, conforme prevê a ABNT.
- Os arquivos que compõem o produto deverão estar adequadamente organizados, com nomes padronizados que induzam o seu conteúdo.
- Cada produto deverá compor-se de formatos editáveis, preferencialmente, em MSOffice (Word e Excel), além de PDF.
- O(A) consultor(a) deverá solicitar comprovante de recebimento do produto pela área técnica.

## **22. Disposições Finais**

---

- Conforme prevê o Decreto nº 5.151 de 22/06/2004: “É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas”.
- A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o § 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151 de 22/06/2004.
- Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais (especificações, desenhos, mapas, projetos, originais, arquivos, programas, relatórios e demais documentos) produzidos no âmbito do contrato devem reverter exclusivamente ao MMFDH, sendo entregues antes da data fixada para o fim do contrato.
- O contratado poderá reter cópia dos produtos indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento e sua reprodução total ou parcial dependerá de autorização prévia e expressa do MMFDH, mesmo depois de encerrado o contrato.

## *ANEXO I - CRITÉRIOS E ETAPAS DE SELEÇÃO*

### 1. Valor da Consultoria:

- a) Definido pela área técnica considerando a complexidade do trabalho a ser executado e o tempo necessário para a sua realização.
- b) O valor total da consultoria baseia-se nas horas, considerando a semana com 40 (quarenta) horas e o mês contendo 22 (vinte e dois) dias, conforme a Portaria nº 3.133/2019.

### 2. Os currículos recebidos dentro do prazo previsto e no formato exigido serão avaliados em duas etapas, de acordo com as fases e critérios pré-estabelecidos, conforme a seguir:

#### 3. FASE I - Análise Curricular

- a) Os currículos serão analisados, inicialmente, quanto ao cumprimento ou não dos requisitos mínimos obrigatórios (eliminatórios) – formação acadêmica e experiência profissional.
- b) Os currículos que não cumprirem qualquer item dos requisitos obrigatórios serão desclassificados do certame.
- c) Apenas, os currículos válidos serão pontuados com base nos critérios estabelecidos. Quanto maior o tempo de experiência comprovado, maior a pontuação (até o limite estabelecido neste edital). A pontuação da Fase I será o resultado da análise dos critérios de formação acadêmica e experiência profissional exigidas.
- d) Serão aceitos como comprovantes de experiência os seguintes documentos: certificados, atas, contrato/carteira de trabalho, declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração, e/ou portaria de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais, do DF ou da União). Para a formação acadêmica, a comprovação será feita por meio de cópia de diploma e/ou certificado de conclusão de curso.
- e) É obrigatória a existência de ao menos três candidatos cujos currículos atendam aos requisitos mínimos obrigatórios eliminatórios: formação acadêmica e experiência profissional. Se esta quantidade mínima não for alcançada, o Edital deverá ser republicado, cancelado ou ajustado para nova publicação, a critério da área técnica.
- f) Caso se trate de uma segunda publicação do Edital, o quantitativo mínimo de três currículos válidos é dispensado e os currículos apresentados na primeira publicação

do Edital que atendam aos requisitos previstos deverão ser considerados para a seleção.

#### 4. FASE II: Entrevista

- a) Todos os currículos classificados na Fase I passarão para a fase de entrevistas.
- b) Nota de Corte: é facultada tal prerrogativa à comissão de seleção. Neste caso, torna-se obrigatório o mínimo de 5 (cinco) currículos classificados para a Fase II. Caso ocorra empate na nota de corte, todos os candidatos empatados serão considerados classificados para a Fase II.
- c) No momento de convocação para participar da entrevista, a Comissão de Seleção solicitará aos candidatos que apresentem as cópias dos documentos comprobatórios e dos critérios estabelecidos no edital, em prazo a ser estabelecido.
- d) Duração estimada: até 30 minutos por candidato. Poderá ser realizada por telefone, presencial ou videoconferência - a critério da equipe designada para realizar o certame.
- e) A comissão de seleção será composta por, no mínimo, 03 (três) servidores públicos pertencentes ao quadro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- f) A comissão de seleção poderá ser acompanhada pelo Supervisor Técnico do contrato, desde que respeitados os princípios da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade, probidade, finalidade, eficiência e publicidade.
- g) As perguntas, obrigatoriamente, serão as mesmas a todos os candidatos classificados para a Fase II.
- h) Principais temas da entrevista: experiência profissional apresentada no currículo relacionada à educação na modalidade à distância e às temáticas (a serem compartilhadas pelos supervisores do contrato); interesse, disponibilidade de tempo e dedicação para a consultoria, incluindo viagens, se previstas; e conhecimentos sobre (a serem compartilhadas pelos supervisores do contrato).

## ANEXO II – PONTUAÇÃO MÁXIMA E PESO POR FASE

### 1. FASE I: Até 44 Pontos (pontuação máxima da Fase I)

<b>Formação Acadêmica</b>	<b>Até 20 pontos</b>
<b>Graduação</b> nas áreas de concentração: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Gerontologia, Ciências Humanas ou Ciências Biológicas, em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).	05 pontos para Graduação (obrigatória)
<b>Pós-graduação</b> <i>lato sensu</i> <u>ou</u> Mestrado <i>stricto sensu</i> em qualquer área, em instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC),	10 pontos para Pós-Graduação <i>lato sensu</i> (obrigatória) <u>ou</u> 15 pontos para Mestrado <i>stricto sensu</i> (obrigatório)
<b>Experiência Profissional: (obrigatória + desejável)</b>	<b>Até 24 pontos</b>
Experiência profissional: experiência, mínima de 1 (um) ano, na temática da pessoa idosa.	Até 10 pontos para Experiência (obrigatória)
Experiência profissional: Alguma experiência profissional com educação na modalidade a distância.	Até 08 pontos para Experiência (desejável)
Conhecimentos específicos: educação em direitos humanos, direitos da Pessoa Idosa e metodologias de educação a distância.	Até 06 pontos para Conhecimento (desejável)

### 2. FASE II: - Item/Pergunta (Entrevista): até 10 pontos cada.

2.1. Pontuação máxima da Fase II - o cálculo se dá pela multiplicação do número absoluto de perguntas realizadas (X) por 10 (valor máximo previsto por item/pergunta).

### 3. PESO POR FASE:

3.1. A Fase I (eliminatória e classificatória) - corresponde a 70% da pontuação total final do certame.

3.2. A Fase II (classificatória) - corresponde a 30% da pontuação total final do certame.

### *ANEXO III – CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES*

#### 1. MOTIVOS DE DESCLASSIFICAÇÃO:

- 1.1 Falta de identificação (número do edital e do Projeto) no e-mail e/ou perfil ao qual se candidata;
- 1.2 O não cumprimento da Formação Acadêmica obrigatória;
- 1.3 O não cumprimento da Experiência Profissional obrigatória;
- 1.4 O não cumprimento de Conhecimento Específico obrigatório (quando for o caso);
- 1.5 Nota de Corte: quando for o caso;
- 1.6 Falta de informação das atividades desempenhadas;
- 1.7 Vínculo com serviço público ou contrato de consultoria vigente com organismo internacional;
- 1.8 Cumprindo interstício, conforme previsto nas normativas;
- 1.9 Data do envio posterior ao período determinado no certame.

#### 2. RESULTADO FINAL

- 2.1 A nota da Fase 1 corresponderá a 70% da nota final e a nota da Fase 2 será equivalente a 30%.
- 2.2 O candidato que obtiver a maior nota na soma dos pontos obtidos na análise curricular (Fase 1) e na entrevista (Fase 2), de acordo com os pesos descritos acima, será selecionado para a vaga ora ofertada.
- 2.3 O candidato selecionado deverá comprovar todos os requisitos obrigatórios exigidos e os desejáveis nos quais foi pontuado.
- 2.4 O candidato que não apresentar os documentos solicitados no prazo estipulado será automaticamente desclassificado. Neste caso, será convocado o candidato que obtiver a segunda maior pontuação ou elegível para a apresentação dos documentos e assim sucessivamente.
- 2.5 Na classificação final, caso duas ou mais candidaturas terminem o certame com a mesma pontuação, considerar-se-á como desempate a pontuação no quesito Experiência Profissional, seguido pela entrevista e, por último, a idade.